

Osasco, 05 de junho de 2018.

**A**  
**Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cartões de Crédito**  
**Aos cuidados dos Excelentíssimos Senhores Senadores**  
**Ataides Oliveira (Presidente)**  
**Fernando Bezerra Coelho (Relator)**

Prezados Excelentíssimos Senhores Senadores.

Em atendimento às vossas solicitações efetuadas na sessão temática da CPI dos Cartões de Crédito realizada na data de 29/05/2018, seguem anexas as respostas desta instituição financeira às perguntas feitas por VSas. por meio do material encaminhado à Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Certos de poder ter prestados os devidos esclarecimentos naquela oportunidade e por meio deste material, permanecemos à disposição.

Atenciosamente



Banco Bradesco S.A.

Vinícius Urias Favarao

## **RESPOSTAS AO SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA**

### **Respostas 1 e 2.**

Nosso entendimento é o de que a "Trava Bancária" não tem qualquer relação com a composição das taxas de juros de cartões de crédito.

A Trava Bancária foi criada com o objetivo de permitir maior acesso ao lojista ao crédito bancário e a taxas de juros mais competitivas. Além disso, a Trava Bancária permitiu a inclusão bancária de muitos lojistas, principalmente daqueles de pequeno e médio porte.

Ressaltamos que o lojista pode, a seu exclusivo critério, utilizar os seus recebíveis de cartões para a obtenção de crédito bancário ou antecipá-los com a sua credenciadora.

Considerando que cabe exclusivamente ao lojista escolher a credenciadora e a instituição financeira (domicílio bancário) com quem deseja manter relacionamento, conforme respectivas condições de negócio que lhes são oferecidas, também lhe cabe a prerrogativa de poder utilizar os recebíveis de cartões da forma que entender melhor, como, por exemplo, recebê-los na data definida com a sua credenciadora, utilizá-los como garantia para operações de crédito bancário ou antecipá-los com a sua credenciadora.

Tendo em vista que a Trava de Domicílio tem caráter de garantia isso permite que as instituições financeiras possam ter política de crédito diferenciada na análise e concessão de operações de crédito bancário em benefício do lojista, além de trazer segurança ao sistema financeiro.

Adicionalmente, entendemos fundamental que haja uma entidade centralizadora de registro dos recebíveis de cartões com a participação de todos os envolvidos na cadeia de meios de pagamento (emissores, credenciadoras, bancos domicílio, subcredenciadoras, etc.) a fim de evitar risco sistêmico na utilização em duplicidade desses recebíveis.

### **Respostas 3, 4, 5 e 6.**

A fim de dar tratamento igualitário a todos os lojistas a taxa por transação com cartões é fixada em percentual. Uma eventual taxa fixa consideraria os tíquetes mais elevados das transações o que aumentaria o custo para os pequenos e



médios lojistas. Por outro lado, beneficiaria os grandes lojistas que possuem produtos com tíquetes mais elevados.

Conforme demonstrado pela Abecs na audiência de 16 de maio de 2018, da totalidade das transações efetuadas por meio eletrônico de pagamento nos lojistas, o montante de 37,4% são feitas por meio do cartão de débito, portanto, na média o volume pago aos lojistas é em D+1.

Eventual alteração do prazo para recebimento das transações de crédito poderá ensejar um desequilíbrio para toda a cadeia de cartão de crédito, inclusive ao consumidor final, como por exemplo a indisponibilidade do parcelamento sem juros e do prazo de aproximadamente 40 dias para pagamento da fatura do cartão de crédito sem qualquer custo.

Adicionalmente, essa medida traria às credenciadoras importante impacto, com prejuízo à concorrência, pois as credenciadoras teriam que buscar recursos (*funding*) no mercado financeiro para honrarem com os pagamentos aos lojistas.

#### **Resposta 7.**

A modalidade do cartão de crédito na sua essência é diferente da modalidade do cartão de débito. A primeira modalidade contempla risco de crédito, fraude, programas de fidelidade, benefícios, concessão de operações financeiras (exemplo, crédito rotativo, saque, pagamento de contas) entre outros serviços que derivam um custo diferenciado se comparada a segunda modalidade. Neste sentido, qualquer alteração da forma atualmente adotada para composição da taxa de intercâmbio do cartão de crédito poderá causar um desequilíbrio financeiro para a indústria de cartão de crédito e seus participantes diretos e indiretos com possibilidade de impacto negativo para os portadores de cartões.

De acordo com os dados apresentados pela Abecs na data 16 de maio de 2018, a taxa de intercâmbio das transações à vista feitas cartão de crédito está em linha com os mercados internacionais.

#### **Resposta 8.**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil devem por dever de ofício observarem e cumprirem todos os normativos e as legislações pertinentes ao Sistema Financeiro Nacional que atualmente tem como um dos seus pilares a solidez do mercado financeiro. Dentre as variáveis que proporciona essa solidez está a política de crédito adotada por essas instituições para análise e concessão de crédito.

Cada instituição financeira de acordo com a estratégia de sua atuação adota uma política de crédito considerando seu público alvo, o perfil de seus clientes, a sua segmentação, o momento econômico entre outras questões relevantes para a precificação do seu risco e, conseqüentemente, para a concessão do crédito.



**Resposta 9.**

Reiteramos as nossas considerações e entendimentos feitos na audiência do dia 30/05/18, conforme notas taquigráficas.

**Resposta 10.**

Ressaltamos que, de acordo com os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2017, a carteira de cartão de crédito (pessoa física-cartão de crédito) estava na ordem de R\$ 201 bilhões, sendo que desse montante R\$ 13 bilhões, aproximadamente, referem-se ao crédito rotativo que, por sua vez, corresponde à uma inadimplência superior a 33%, consumindo assim 73,2% da receita financeira da operação de crédito rotativo. Além disso, outros custos e despesas são ponderados para a composição da taxa de juros, tais como o custo financeiro, o custo operacional e as despesas decorrentes de tributos.

**Resposta 11.**

A princípio, entendemos que esse assunto poderia ser tratado em outra oportunidade por não ter qualquer relação à questão trazida para discussão nesse foro, nos colocando desde já à disposição para discuti-la. Todavia, por oportuno, descrevemos abaixo alguns pontos que julgamos pertinentes ao assunto.

A verticalização não está relacionada à composição das taxas de juros, mas sim à estratégia de negócio adotada pelas empresas.

Não obstante, não vemos a verticalização como um entrave à concorrência, muito pelo contrário, estruturas verticalizadas trazem ganhos de eficiência e propiciam a oferta de produtos e serviços melhores a preços mais atrativos ao mercado.

Note-se que há estruturas verticalizadas em vários segmentos do varejo, nos quais as empresas atuam tanto na produção de seus bens quanto na sua distribuição e no financiamento ao consumo (balcão de vendas). Exemplos dessas estruturas, para além do segmento de meios eletrônicos de pagamento, está no segmento de telecomunicações em que empresas ofertam não apenas serviços de telefonia (móvel ou fixa) como também serviços de dados e de televisão por assinatura.

Desse modo, não é a verticalização que define a abrangência e penetração das empresas nos seus mercados de atuação. A atuação empresarial é balizada pela estratégia de negócios das empresas e não por suas estruturas verticalizadas ou desverticalizadas. Assim, há também diversas empresas não verticalizadas que atuam preponderantemente em um único ramo de atividade, tanto em mercados nacionais quanto em mercados internacionais, como por exemplo a *First Data* que é a maior credenciadora de meios de pagamento do mundo.

**Resposta 12.**

Reiteramos as nossas considerações e entendimentos feitos na audiência do dia 30/05/18, conforme notas taquigráficas.

**Resposta 13.**

Entendemos que o chamado "Cadastro Positivo" vem agregar aos cadastros já existentes (Cadastros Negativos) e considerados juntamente com os demais normativos pelas instituições financeiras na análise e concessão do crédito.

Frisamos que a responsabilidade solidária pretendida no novo texto normativo pode não trazer a efetividade que se pretende tampouco ser imputada às instituições financeiras uma vez que os sistemas de controles e de segurança adotados pelos demais entes não serão compatíveis ou precisos como os de uma instituição financeira que por sua essência são guardiãs do sigilo.

**Resposta 14.**

Reiteramos as nossas considerações e entendimentos feitos na audiência do dia 30/05/18, conforme notas taquigráficas.



## RESPOSTAS AO SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO

### Resposta 1.

As instituições financeiras, pelo menos as que estavam presentes na sessão do dia 30.05.18, possuem clientes em vários segmentos, tanto na modalidade pessoa física quanto na pessoa jurídica, com amplo portfólio de produtos e serviços cada qual com suas características e riscos, assim como também existem instituições financeiras que focam em determinado ramo de atuação ou de segmento de mercado considerando as suas respectivas variáveis e riscos.

Como respondido ao Senador Ataídes, a inadimplência do crédito rotativo corresponde mais que 33,2% de toda a carteira de cartão de crédito, consumindo assim 73,2% da receita financeira da operação de crédito rotativo. Além da inadimplência, outros custos e despesas são ponderados para a composição da taxa de juros, tais como o custo financeiro, o custo operacional e as despesas decorrentes de tributos.

### Resposta 2.

A modalidade do cartão de crédito na sua essência é diferente da modalidade do cartão de débito. A primeira modalidade contempla risco de crédito, fraude, programas de fidelidade, benefícios, concessão de operações financeiras (exemplo, crédito rotativo, saque, pagamento de contas) entre outros serviços que derivam um custo diferenciado se comparada a segunda modalidade. Neste sentido, qualquer alteração da forma atualmente adotada para composição da taxa de intercâmbio do cartão de crédito poderá causar um desequilíbrio financeiro para a indústria de cartão de crédito e seus participantes diretos e indiretos.

De acordo com os dados apresentados pela Abecs na data 16 de maio de 2018, a taxa de intercâmbio das transações à vista feitas cartão de crédito está em linha com os mercados internacionais.

### Resposta 3.

Cumpre-nos esclarecer que *floating* de uma transação feita com cartão de crédito funciona da seguinte forma: o lojista recebe em torno de D+28 e o emissor em média de D+26, uma vez que existe a possibilidade de compras com prazo de até 40 dias, com isto não há recebimento por parte do emissor em prazo inferior do que este informado, portanto, não existe financiamento do emissor pelo lojista, e qualquer desequilíbrio ou descasamento desses prazos exporá toda a cadeia de cartões de crédito em riscos adicionais

Como já exposto anteriormente pela Febraban e Abecs na sessão do dia 16 de maio de 2018, há uma iniciativa no mercado para adoção do “crediário” que nada mais é uma operação de financiamento por meio do cartão de crédito. Essa mudança terá como foco o estímulo de que a utilização do cartão de crédito deverá ser feita como instrumento de financiamento.

#### **Resposta 4.**

Em linha com o que foi mencionado pela Abecs na sessão do dia 16 de maio de 2018, cerca de 75% da carteira de cartão de crédito referem-se às transações sem juros, sendo que os 25% restantes decorrem de transações com juros, com uma propensão de aproximadamente 90% dos clientes para pagamento sem juros.

O modelo brasileiro de cartão de crédito é único e não comparado a qualquer outro modelo, sendo que o referido crediário promoverá mudanças na forma de utilização do cartão de crédito.

#### **Resposta 5.**

Não há como respondermos esta questão, pois trata-se de uma decisão estratégica de cada lojista e conforme sua necessidade de caixa, muito embora haja legislação que lhe permite diferenciar os preços dependendo do meio de pagamento utilizado pelo cliente.

Ainda assim, poderá o lojista a seu exclusivo critério antecipar os seus recebíveis com credenciadora, buscar crédito no sistema financeiro e ou optar por planos de recebimento de recebíveis em menor prazo, conforme oferecidos por sua credenciadora.

#### **Resposta 6.**

Como já exposto na resposta da questão número 4, há uma iniciativa no mercado para adoção do “crediário” que nada mais é uma operação de financiamento por meio do cartão de crédito. Essa mudança terá como foco estimular o cartão de crédito como instrumento de financiamento.

Acreditamos que as condições comerciais do produto Crediário serão mais vantajosas do que as do crédito rotativo, cabendo a cada instituição determinar as respectivas taxas e os prazos para pagamento.

#### **Resposta 7.**

Ressaltamos que o lojista poderá, a seu exclusivo critério, utilizar os seus recebíveis de cartões para a obtenção de crédito bancário ou antecipá-los com a sua credenciadora.

Considerando que cabe exclusivamente ao lojista escolher a sua credenciadora e a sua instituição financeira (domicílio bancário) com quem deseja manter



relacionamento, conforme respectivas condições de negócio que lhes são oferecidas, também lhe cabe a prerrogativa de poder utilizar os seus recebíveis como melhor convir, como por exemplo recebê-los na data definida com a sua credenciadora, utilizá-los como garantia para operações de crédito ou antecipá-los com a sua credenciadora.

Tendo em vista que a Trava de Domicílio tem caráter de garantia isso permite que as instituições financeiras possam ter política de crédito diferenciada na análise e concessão de operações de crédito em benefício do lojista, além de trazer segurança ao sistema financeiro.

Adicionalmente, entendemos fundamental que haja uma centralizadora de registro dos recebíveis de cartões com a participação de todos os envolvidos da cadeia de meios de pagamento a fim de evitar risco sistêmico na utilização em duplicidade desses recebíveis.

#### **Resposta 8.**

Como demonstrado pela Abecs na sessão do dia 16 de maio de 2018, as taxas de juros do crédito rotativo caíram 259,3 pontos percentuais comparando o período de março de 2017 com o de março de 2018. Tal queda se deu basicamente em função da concorrência do mercado de cartões e da edição de normativos (exemplos, Resoluções CMN n.º 4549 e n.º 4655) pelo Conselho Monetário Nacional.

Não obstante a essa queda significativa, entendemos ser essencial que alguns pilares sejam observados e endereçados para discussão considerando que eles compõem a taxa de juros adotados pelo mercado financeiro na concessão de crédito, quais sejam, o custo operacional, o custo financeiro, o custo da inadimplência e o custo fiscal.

Também é imprescindível que as iniciativas de recuperação de crédito sejam mais efetivas e menos onerosas ao sistema financeiro, já que a inadimplência e os processos relativos à recuperação do crédito ainda são caros e pouco eficientes.